



00006

gente que  
**CUIDA**  
da gente!

**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Prefeitura de  
**TUCUMÃ**  
14-03-2011 2024

## PROJETO BÁSICO – DISPENSA DE LICITAÇÃO

### 1. DO DEMANDANTE

DEMANDANTE: **Município de Tucumã - PA** por intermédio da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -FMDCA.**

RESPONSÁVEL: **Livia Lira de Araújo – Secretária Municipal de Desenvolvimento Social – Gestora Municipal do FMDCA.**

PORTARIA/DECRETO: **Portaria nº009/2021.**

### 2. DO OBJETO

2.1. O presente Projeto Básico tem por objeto a **Contratação Direta, por Dispensa de Licitação, visando a contratação de empresa remanescente, referente a aquisição de pneus para atender as demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.**

### 3. DO FORNECEDOR

3.1. A empresa **LIDER DISTRIBUIDORA DE BORRACHAS LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 41.714.342/0001-50, com sede na Avenida Orlando Luiz Muraro, Bairro Marajoara, Xinguara-PA - CEP 68.557-300, e-mail: [jackson@liderborrachas.net](mailto:jackson@liderborrachas.net), telefone (94) 98406-0088, dentre as classificadas remanescentes no processo licitatório Pregão Eletrônico SRP nº 9/2023-032PMT, é a próxima colocada na ordem de classificação conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	PNEU 195/65 R15	FIRESTONE	4	UNIDADE	520,00	2.080,00
ESPECIFICAÇÃO: PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, TIPO ESTRUTURA CARÇAÇA RADIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM CÂMARA, 195/65 ARO 15, USO EM CHEV/SPIN 1.8 2014/2015. CERTIFICADO PELO INMETRO, E APROVADOS PELAS NORMAS ABNT E COM SELO DE APROVAÇÃO IMPRESSO NA LATERAL DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 6 MESES, GARANTIA DE HEVOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: FIRESTONE ARO 15 F-600 91H, PNEU CONTINENTAL 91H TL POWERCONTACT 2 OU SUPERIOR.						
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>2.080,00</b>



RUA DO CAFÉ, S/N°, SETOR MORUMBI, CEP: 68.385-000, TUCUMÃ-PA.  
E-MAIL: [SMDS@PREFEITURADETUCUMA.PA.GOV.BR](mailto:SMDS@PREFEITURADETUCUMA.PA.GOV.BR)

#### 4. DA JUSTIFICATIVA

**4.1.** A empresa Norte Comércio e Serviço Ltda foi vencedora de vários produtos no Pregão Eletrônico SRP nº 9/2023-032PMT – Ata de Registro de Preços nº 20231010. Firmou o Contrato nº 20231132. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, solicitou o fornecimento de alguns produtos através da Nota de Empenho nº 24080001 e das Ordem de Fornecimento de nº 202303365. Transcorrido o prazo contratual de entrega a Contratada foi notificada para a entrega dos mesmos, no entanto a Contratante não obteve êxito, não lhe restando outra alternativa que a rescisão contratual de forma unilateral. Como a Administração necessita destes produtos de maneira urgente para suprir as suas necessidades e garantir o suporte a sua frota operacional de veículos, uma vez que os pneus em uso estão desgastados e em condições intrafegáveis, colocando em risco a vida dos colaboradores que trabalham e utilizam esses veículos.

**4.2.** O artigo 24, inciso XI, da Lei Federal nº 8.666/93 como antecedente necessário à contratação por Dispensa de Licitação, a qual objetiva a Contratação Direta de empresas especializadas para fornecer o remanescente dos produtos, em consequência da Rescisão do Contrato nº 20231132, atendida a ordem de classificação da licitação Pregão Eletrônico SRP nº 9/2023-032PMT, e mantidas todos os prazos e condições preestabelecidas no Edital, bem como, a manutenção da proposta ofertada nos lances constante do ranking e considerando a necessidade de adquirir os produtos para o efetivo desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

**4.3.** É cediço que a Constituição Federal acolhe a presunção de que a prévia licitação produz a melhor contratação, isto é, aquela que assegura a maior vantagem possível à Administração Pública, com observância ao princípio da isonomia. Contudo, a própria Constituição se encarregou de limitar tal presunção, facultando a contratação direta nos casos previstos na legislação pertinente.

**4.4.** A Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, regulamentou o dispositivo constitucional transcrito e instituiu normas e procedimentos para a realização de licitações e celebração de contratos no âmbito da Administração Pública, prevendo, neste contexto, hipóteses excepcionais de contratação direta, em que, legitimamente, a Administração pode celebrar contratos sem a prévia realização de processo licitatório, com o devido amparo legal e dotadas das devidas justificativas legais.

**4.5.** No entanto a Lei Federal nº 8.666/1993 possibilita exceções a esta regra como a dispensa de licitação (artigo 24). Neste Processo Administrativo, aplica-se a hipótese do artigo 24, inciso XI, da mencionada Lei.



**4.6.** No tocante a dispensa de licitação, uma das hipóteses de excepcionalidade previstas na legislação em testilha, é cediço que a competição, em tese, é possível, mas o legislador adotou a premissa de que existem razões suficientes para que a regra do processo licitatório fosse adotada, preservando-se outros interesses públicos que merecem circunstancialmente prevalência em detrimento da contratação após regular processo licitatório.

**4.7.** A contratação direta não significa inaplicação dos princípios básicos que orientam a atuação administrativa. Nem caracteriza uma livre atuação administrativa. O administrador está obrigado a seguir um procedimento administrativo determinado, destinado a assegurar a prevalência dos princípios jurídicos fundamentais. Permanece o dever de atender os requisitos dispostos nos art. 24, XI, e art. 26 ambos da Lei Federal nº 8.666/1993.

**4.8.** A ausência de licitação não se equivale a uma contratação informal, realizada por quem a Administração melhor lhe aprover, sem a adoção de cautelas e prova documental condizente e apta a dar suporte e respaldo a via adotada, pelo contrário, a contratação direta exige um procedimento prévio, em que a observância de etapas e formalidades é imprescindível. Trata-se de um procedimento formal prévio destinado a produzir a melhor escolha possível para a Administração.

**4.9.** Além disso, ressalte-se que, nestes casos relacionados pela legislação, há a discricionariedade da Administração na escolha da dispensa ou não do certame, devendo sempre levar em conta o interesse público.

**4.10.** É de se inferir que a dispensa de licitação prevista no artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93 só deve ocorrer por razões de interesse público, como no caso em análise. Obviamente, nestes casos, a realização de uma nova licitação viria tão somente sacrificar o interesse público, motivo pelo qual o legislador concedeu ao administrador a faculdade de dispensar o certame nos casos expressamente previstos.

**4.11.** Pelo exposto, tendo em vista que a referida aquisição é necessária para a manutenção operacional de caminhões e máquinas pesadas, pode a Administração Pública aplicar o artigo 24, inciso XI, da Lei Federal nº 8.666/93, para dispensar licitação e contratar diretamente pessoas jurídicas, desde que preenchidos os requisitos necessários exigidos em Lei.

## **5. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**





00009 1

gente que  
**CUIDA**  
da gente!

**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Prefeitura de  
**TUCUMÃ**  
ADM 2023/2024

**5.1.** Para compreensão do presente caso, é oportuno mencionar especificamente o artigo 24, inciso XI, da Lei Federal nº 8.666/93, invocado pela Administração como fundamento da dispensa de licitação, cuja norma autoriza expressamente a contratação direta mediante dispensa de licitação em virtude de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, dispondo nos termos seguintes:

*“Art. 24. É dispensável a licitação:*

*(...) XI - na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;”*

**5.2.** Para que seja possível a contratação por Dispensa de Licitação de remanescente de obras, serviços ou fornecimento, a lei exige que haja existência de licitação anterior, contratação do objeto com o licitante vencedor e extinção do contrato, observância da ordem de classificação, contratação de remanescente e condições e preços do licitante vencedor.

**5.3.** Assim, diante das informações constantes na Ata de Sessão do Pregão Eletrônico SRP nº 9/2023-032PMT, temos que, observado a ordem de classificação do referido processo licitatório, os segundos classificados, tendo aceito os mesmos prazos e condições preestabelecidas no Edital, bem como, a manutenção da proposta ofertada nos lances constante do ranking, conforme Termos de Aceitação, em anexo, a dispensa de licitação é a melhor maneira de preservar o interesse público.

**5.4.** A aquisição é necessária e de forma urgente para suprir as suas necessidades e garantir o suporte a sua frota operacional de veículos, uma vez que os pneus em uso estão desgastados e em condições intrafegáveis, colocando em risco a vida dos colaboradores que trabalham e utilizam esses veículos.

## **6. RAZÃO DA ESCOLHA**

**6.1.** Diante das informações constantes na Ata de Sessão do Pregão Eletrônico SRP nº 9/2023-032PMT, temos que, observado a ordem de classificação do referido processo licitatório, o segundo classificado, tendo aceito os mesmos prazos e condições preestabelecidas no Edital, bem como, a manutenção da proposta ofertada nos lances constante do ranking, conforme Termos de Aceitação, em anexo, a dispensa de licitação





00010

gente que  
**CUIDA**  
da gente!

**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Prefeitura de  
**TUCUMÃ**

é a melhor maneira de preservar o interesse público, nos moldes do art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93.

**6.2.** Esclareça-se ainda que a empresa atende todas as condições de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, exigidas no instrumento convocatório. Nesse sentido, a escolha recai sobre a empresa LIDER DISTRIBUIDORA DE BORRACHAS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 41.714.342/0001-50, com sede na Avenida Orlando Luiz Muraro, Bairro Marajoara, Xinguara-PA - CEP 68.557-300, e-mail: jackson@liderborrachas.net, telefone (94) 98406-0088.

**6.3.** O valor a ser pago a empresa escolhida, deve ser o valor de R\$ 2.080,00 (dois mil e oitenta reais), e mantidas toda as condições contidas naquele processo licitatório de origem.

**6.4.** Pelo exposto, tendo em vista a rescisão do contrato Rescisão do Contrato nº 20231132 - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2023-032PMT, pode a Administração Pública aplicar o artigo 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93, para dispensar licitação e contratar diretamente pessoa jurídica para fornecer o restante do objeto.

## 7. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	PNEU 195/65 R15	FIRESTONE	4	UNIDADE	520,00	2.080,00
<p><i>ESPECIFICAÇÃO: PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, TIPO ESTRUTURA CARCAÇA RADIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM CÂMARA, 195/65 ARO 15, USO EM CHEV/SPIN 1.8 2014/2015. CERTIFICADO PELO INMETRO, E APROVADOS PELAS NORMAS ABNT E COM SELO DE APROVAÇÃO IMPRESSO NA LATERAL DO PRODUTO. DATA DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 6 MESES, GARANTIA DE HEVOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA ACEITÁVEL: FIRESTONE ARO 15 F-600 91H, PNEU CONTINENTAL 91H TL POWERCONTACT 2 OU SUPERIOR.</i></p>						
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>2.080,00</b>

## 8. DA FORMA DE AQUISIÇÃO, DO PRAZO, DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA, DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

**8.1.** Os produtos serão solicitados através de emissão da Ordem de Fornecimento e da Nota de Empenho, mediante contrato devidamente firmado entre as partes.



RUA DO CAFÉ, S/Nº, SETOR MORUMBI, CEP: 68.385-000, TUCUMÃ-PA.  
E-MAIL: SMDS@PREFEITURADETUCUMA.PA.GOV.BR



**8.2.** A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** a partir da emissão da Ordem de Fornecimento e ou da Nota de Empenho emitida pela Contratante, conforme a necessidade desta.

**8.3.** O objeto deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, localizada na Rua do Café, s/nº - Setor Morumbi - Tucumã-PA, CEP: 68.385-000, conforme Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho.

**8.4.** Todos os encargos e despesas com transporte e descarregamento dos produtos deverão correr único e exclusivamente às custas da CONTRATADA.

**8.5.** O objeto deverá atender às exigências de qualidade, atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do artigo 39, inciso VIII da Lei Federal nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

**8.6.** O objeto será dado como recebido de acordo com o Inciso II do artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/93 sendo:

**a. Provisoriamente**, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Projeto Básico e da proposta apresentada, acompanhados da devida Nota Fiscal, devendo neste momento ser realizada conferência inicial por responsável e se identificada conformidade com as especificações técnicas, o canhoto da Nota Fiscal é assinado.

**b. Definitivamente**, após a verificação da conformidade com as especificações constantes na proposta, e sua consequente aceitação, que se dará em até 01 (um) dia útil após o recebimento provisório realizada pelo servidor competente designado pela Contratante.

**8.7.** A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto se estiver em desacordo com as especificações, com as cláusulas contratuais e com o Projeto Básico.

**8.8.** Caso seja constatado que o fornecimento do objeto foi executado em desacordo com o especificado ou exigido, com defeito ou incompleto, mesmo após o recebimento definitivo, os responsáveis da Contratante notificarão a Contratada para que a mesma providencie a correção necessária dentro do prazo estipulado.

**8.9.** Constatadas irregularidades quanto ao objeto contratual, a Contratante poderá:

a) Se disser respeito à especificação e/ou qualidade do objeto fornecido, rejeitá-lo determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.





00012 1

gente que  
**CUIDA**  
da gente!

**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Prefeitura de  
**TUCUMÃ**  
14-03-2014

b) Exigir, na hipótese de substituição ou complementação, que a Contratada o faça em conformidade com o especificado, no prazo máximo de **07 (sete) dias corridos**, contados da notificação por escrito, mantida o preço inicialmente contratado.

**8.10.** Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao fornecimento do objeto, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada sem ônus para a Contratante.

## **9. DA FORMA DE PAGAMENTO**

**9.1.** O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária na conta corrente da Contratada, após a emissão da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à Contratada, e será efetuado em até 30 dias corridos após o Atesto de Recebimento do objeto.

**9.2.** O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a Nota Fiscal que deverá ser o mesmo cadastro habilitado na licitação.

**9.3.** A Contratada deverá emitir Fatura/Nota Fiscal eletrônica correspondente ao objeto fornecido, sem rasuras, fazendo constar na mesma as informações bancárias tais como, o número de sua conta, o nome do Banco e respectiva Agência.

**9.3.1.** A Nota Fiscal/Fatura emitida pela Contratada deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do N° Contrato, da Ordem de Compra, da Nota de Empenho, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e fornecimento do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**9.3.2.** A Nota Fiscal deverá ser conferida e atestada por servidor/responsável competente da Administração, e deverá estar acompanhada da(s) Nota(s) de Empenho(s) e da(s) Ordem(ns) de Compra(s) emitida pelo respectivo Órgão Requisitante responsável pelo pedido, devidamente assinada por servidor público municipal identificado e autorizado para tal.

**9.4.** A nota fiscal supracitada deverá estar devidamente acompanhada dos documentos de comprovação da Regularidade Fiscal, a Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Estadual e Municipal, bem como a do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT.

**9.5.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.





## **10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**10.1.** As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Projeto Básico correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Tucumã-PA – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

**PROJETO ATIVIDADE:** 2.082 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR  
**CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA:** 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

**SUBELEMENTO DA DESPESA:** 3.3.90.30.39 – MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS

## **11. DA VIGÊNCIA, FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO, ACOMPANHAMENTO DO OBJETO E ATESTO DAS NOTAS FISCAIS**

**11.1.** O Contrato a ser firmado terá validade até 31 de dezembro de 2023 a contar da data da publicação de seu extrato, podendo ser prorrogado conforme art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993 e/ou demais pertinentes ao pleito.

**11.2.** A Fiscalização é exercida no interesse da Administração não exclui, nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

**11.2.1.** Fica designado para a fiscalização do Contrato e recebimento do objeto será pela servidora Sra. Cláudia Aparecida da Silva, Agente Administrativo, e-mail: claudiairai@gmail.com, em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, responsável também pelo atesto das Notas Fiscais emitidas pela Contratada.

**11.3.** Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao fornecimento do objeto, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada sem ônus para a Contratante.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**12.1.** Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 8.666/93, **são obrigações da Contratada:**

a) Entregar os produtos de forma imediata após a emissão da Ordem de Compras e da Nota de Empenho.



b) Arcar com as despesas concernentes ao fornecimento do objeto compreendendo transporte (fretes), entrega, encargos sociais, tributos, impostos, taxas, seguros e quaisquer outros encargos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento.

c) Trocar/substituir, reparar/corrigir, pelo prazo de até 03 (três) dias corridos, os bens caso venham a ser recusados no ato de recebimento.

d) Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Projeto Básico.

e) Cumprir, às suas expensas, todas as condições que definam suas obrigações.

f) Em nenhuma hipótese poderá veicular publicidade acerca dos bens adquiridos pela contratante sem prévia autorização.

g) Prestar esclarecimentos solicitados e atender às reclamações formuladas, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, acompanhamento, controle e avaliação desta Administração, através do servidor municipal responsável por acompanhar a entrega dos itens, fiscalizar a execução do objeto e atestar o recebimento do mesmo.

h) Responder integralmente por perdas e danos a que vier causar à Administração ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações ou penalidades legais a que estiver sujeita.

i) Comunicar imediatamente e por escrito à Administração Municipal, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

j) Obrigar-se a manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55, XIII, da Lei Federal nº 8.666/93.

**12.2. Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 8.666/93, são Obrigações da Contratante:**

a) Exercer a fiscalização do objeto entregue, na forma prevista na Lei Federal nº 8.666/1993, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias.



00015

gente que  
**CUIDA**  
da gente!

**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Prefeitura de  
**TUCUMÃ**  
ADM. 2021/2024

- b) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas neste Projeto Básico e no contrato.
- c) Efetuar o pagamento dos bens entregues nas condições estabelecidas.
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as respectivas especificações.
- e) O recebimento não exclui a responsabilidade da empresa contratada pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto contratado, se a qualquer tempo se verificar vícios ou defeitos.
- f) Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto.
- g) Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas.
- h) Notificar a Contratada por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.
- i) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

### 13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**13.1.** A Contratada poderá ser aplicada a(s) sanção(ões) adiante, além das responsabilidades por perdas e danos, devendo observar rigorosamente as condições estabelecidas na minuta do contrato e sujeitando-se as sanções constantes no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, conforme disposto:

**I – Advertência:** A sanção de Advertência consiste na comunicação formal à Contratada, advertindo-lhe sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, notificando que, em caso de reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada. Sua aplicação se dará nos casos seguintes:

- a) Desistência parcial da proposta, devidamente justificada;
- b) Cotação errônea parcial ou total da proposta, devidamente justificada;





000164

gente que  
**CUIDA**  
da gente!

**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Prefeitura de  
**TUCUMÃ**  
16.04.2016

c) Por atraso injustificado na execução do contrato, inferior a 03 (três) dias, que não importem em prejuízo financeiro à Administração;

d) Demais casos faltosos que não importem em prejuízo financeiro à Administração.

**II - Multas:** As multas a que alude este inciso não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em lei. Sua aplicação se dará nos seguintes casos:

a) Por **inexecução diária** de atraso injustificado na execução do contrato, por prazo não superior a 03 (três) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação: 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total Contratado;

b) Por **inexecução parcial** de atraso injustificado na execução do contrato, por prazo superior a 03 (três) dias: 15% (quinze por cento) sobre a parcela contratual não cumprida, sujeita ainda à possibilidade de rescisão unilateral;

c) Por **inexecução total** injustificada do contrato: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da obrigação assumida;

d) Recusa do adjudicatário em receber do contrato, dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação: 15% (quinze por cento) sobre o valor total da proposta;

e) Por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e não aceito pelo Pregoeiro no ato da sessão: 15% (quinze por cento) sobre o valor total da proposta;

**III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração:**

A aplicação da sanção de suspensão temporária será aplicada de forma subsidiária, conforme prevê o art. 9º da Lei 10.525/02. Sua aplicação se dará nos seguintes casos:

a) Cometer atos fraudulentos, adulterados ou ilegais, que não aqueles atos previstos no art. 7º da Lei 10.520/02, a ser fixado por prazo não superior a 02 (dois) anos, conforme o caso, em função da natureza e a gravidade da falta cometida.

**IV - Impedimento de licitar e contratar com este Município e descredenciado no SICAF ou no sistema de cadastramento de fornecedores do Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme o caso, de acordo com o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002:**



- a) Após convocado, não celebrar o contrato dentro do prazo de validade da sua proposta.
- b) Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame.
- c) Cometer fraude fiscal.
- d) Não manter a proposta.
- e) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto.
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato.
- g) Fizer declaração falsa.
- h) Comportar-se de modo inidôneo.

**V - Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, considerando para tanto, reincidências de faltas e sua natureza de gravidade.

**13.2.** Para os fins do **item 13.1** reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei Federal nº 8.666/93.

**13.3.** As multas previstas no item II serão descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso, na forma do §3º do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93.

**13.4.** As sanções previstas nos itens I, III, IV e V do **item 13.1**, poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

**13.4.1.** As sanções administrativas serão aplicadas pela Autoridade após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia. A notificação deverá ocorrer pessoalmente, por meio de correspondência com aviso de recebimento e após exauridas estas tentativas e não sendo localizado o licitante faltoso, será devidamente publicado em Diário Oficial restando para tanto devidamente notificado. Na notificação será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

**13.5.** A aplicação de qualquer das sanções previstas nesta cláusula observará o direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório.

**13.6.** A sanção prevista no item V do item **13.1** é da competência de autoridade superior competente da Administração, facultada a defesa do Licitante no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação, ou antes, se devidamente justificada e aceita pela autoridade que a aplicou.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1.** As partes ficam vinculadas aos termos deste Projeto Básico, seus eventuais anexos e à proposta da CONTRATADA.

**14.2.** A CONTRATADA deve manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

Tucumã – PA, 10 de novembro de 2023.

**Keylla Cintra Pechin**  
Responsável pela elaboração do Projeto Básico

Aprovo o presente Projeto Básico,

**LÍVIA LIRA DE ARAÚJO**  
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social  
Decreto nº 009 /2021



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



**CONTRATO N  20231132**

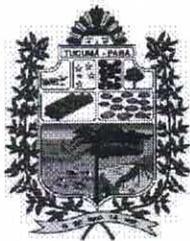
**PROCESSO LICITATÓRIO N  065/2023/ADM.**  
**PREGÃO ELETRÔNICO: 9/2023-032PMT-SRP.**

**CONTRATO OBJETIVANDO: AQUISI O PARCELADA DE PNEUS E ACESSÓRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TUCUMÃ-PA, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE TUCUMÃ-PA, ATRAVÉS DO FUNDO MUL. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE E A EMPRESA NORTE COMERCIO E SERVICOS LTDA.**

**O FUNDO MUL. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE**, neste ato denominado **CONTRATANTE**, com sede na Rua do Café, s/n , inscrito no CNPJ (MF) sob o n  11.234.765/0001-02, representado pelo Sra. **LIVIA LIRA DE ARAUJO, SECRETARIA MUNICIPAL**, portadora do CPF n  771.735.971-53, residente na Macaxeira, N  332, Morumbi, e de outro lado a firma **NORTE COMERCIO E SERVICOS LTDA.**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n  CNPJ 41.946.482/0001-54, estabelecida   AV LAGO AZUL, S/N, CENTRO, CENTRO,  gua Azul do Norte-PA, CEP 68533-000, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **MATHEUS SANTOS DA ROCHA**, residente na RUA KETLEM CRISTINA, S/N, CENTRO,  gua Azul do Norte-PA, CEP 68533-000, portador do CPF 025.119.552-02, tem entre si justo e avençado, e celebram o presente Instrumento, do qual são partes integrantes o **Edital do Pregão n  9.2023-032PMT** e a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, sujeitando-se **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**  s normas disciplinares da Lei n  10.520/02 e da Lei n  8.666/93, mediante as cláusulas que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

**1.1.** O presente Contrato decorre de adjudica o do **Pregão Eletrônico N  9/2023-032PMT-SRP**, na forma do Decreto n  10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Federal n  10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei Complementar n  123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014, Lei Complementar n  155, de 27 de outubro de 2016, Decreto Federal n  8.538, de 06 de outubro de 2015, e, subsidiariamente a Lei n  8.666, de 21 de junho de 1993, além das altera es e atualiza es posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais, e do Ato de Ratifica o do seu Gestor, conforme **Termo de Homolog o emitido em 16/06/2023**, tudo constante no **Processo Licitatório n  065/2023/ADM**, do qual passa a fazer parte integrante este Instrumento.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**2.1. Do Objeto Geral do Pregão**

**2.1.1.** Constitui objeto do Pregão Eletrônico nº 9/2023-032PMT-SRP: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS E ACESSÓRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TUCUMÃ-PA**, conforme condições, quantitativos e especificações constantes neste Instrumento Contratual e no Termo de Referência – Anexo do Edital.

**2.2. Do Objeto deste Contrato**

**2.2.1.** Constitui objeto deste Contrato: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS E ACESSÓRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TUCUMÃ-PA**, conforme condições, quantitativos e especificações constantes neste Instrumento Contratual e no Termo de Referência – Anexo do Edital oriundo do **Pregão Eletrônico nº 9/2023-032PMT-SRP**, bem como de sua proposta detalhada/atualizada, **CONFORME SEGUE:**

**2.2. Das Especificações Técnicas do Objeto:**

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
108068	PNEU 195/65 R15 - Marca.: FIRESTONE Pneu veículo automotivo, material banda rodagem borracha alta resistência, tipo estrutura carcaça radial, características adicionais sem câmara, 195/65 aro 15, uso em Chev/Spin 1.8 2014/2015. Certificado pelo INMETRO, e aprovados pelas normas ABNT e com selo de aprovação impresso na lateral do produto, data de fabricação não superior a 6 meses, garantia de meses contra defeitos de fabricação. Marca aceitável: FIRESTONE ARO 15 F-600 91H, Pneu Continental 91H TL PowerContact 2 ou superior.	UNIDADE	4,00	510,000	2.040,00
				VALOR GLOBAL R\$	2.040,00

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE AQUISIÇÃO, DO PRAZO, DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO, DO LOCAL DE ENTREGA, DO SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E ACOMPANHAMENTO DO OBJETO.**

**3.1. Da Forma de Aquisição do Objeto**

**3.1.1.** O objeto será solicitado através de emissão de ordem de compras e fornecimento da nota de empenho, mediante contrato devidamente firmado entre as partes.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



**3.2. Do Prazo, das Condições de Entrega e Recebimento do Objeto**

**3.2.1. O prazo de entrega do objeto deverá ser entregue no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Compra/Nota de Empenho, podendo este prazo, ser prorrogado, desde que analisadas e aceitas as razões do pedido de prorrogação pelo Órgão Solicitante, acompanhado da nota fiscal emitida referente ao produto requisitado, devendo esta ser conferida e atestada por servidor competente.**

**3.2.2. O objeto deverá atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do artigo 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).**

**3.2.3. O objeto será dado como recebido de acordo com o Inciso II do artigo 73 da Lei 8.666/93 sendo:**

**a. Provisoriamente**, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta apresentada, acompanhado da devida Nota Fiscal, devendo neste momento ser realizada conferência inicial por responsável e se identificada conformidade com as especificações técnicas, o canhoto da Nota Fiscal é assinado;

**b. Definitivamente**, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital, seus anexos e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará em até 05 (cinco) dias consecutivos após o recebimento provisório realizado pelo servidor competente designado pela Contratante.

**3.2.4. À Contratante se reserva no direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto se estiver em desacordo com as especificações e as cláusulas contratuais, com o Termo de Referência ou com o Edital.**

**3.2.5. Caso seja constatado que o fornecimento do objeto foi executado em desacordo com o especificado ou exigido, com defeito ou incompleto, mesmo após o recebimento definitivo, os responsáveis da Contratante notificarão a Contratada para que a mesma providencie a correção necessária dentro do prazo estipulado.**

**3.2.6. Constatadas irregularidades quanto ao objeto contratual, a Contratante poderá:**

**a) Se disser respeito à especificação e/ou qualidade do objeto fornecido, rejeitá-lo determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;**

**b) Exigir, na hipótese de substituição ou complementação, que a Contratada o faça em conformidade com o especificado, imediatamente, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.**



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



### 3.3. Do Local de Entrega do Objeto

3.3.1. O objeto deverá ser entregue, sem nenhum custo oneroso para a Contratante em rela o ao fornecimento, ficando a Contratada obrigada a fornecer, transportar e entregar o objeto licitado na sede da: **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - PA, sito  : Rua do Café, s/n, Bairro: Alto Morumbi, CEP: 68385-000, Tucumã/PA, de segunda a sexta, em horário comercial, entre 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h,** ou em outro local indicado pelo órgão gesto conforme solicitado. Sendo verificadas as condi es constantes do Instrumento Convoc torio, Termo de Referência e Contrato, e as legisla es específicas referentes ao objeto, sem nenhum ônus a esta Administra o.

### 3.4. Do Servidor Responsável pela Fiscaliza o do contrato, pelo Recebimento e Acompanhamento do Objeto

3.4.1. Fica designado o responsável pela fiscaliza o do Contrato a servidora, a **Sra. Claudia Aparecida da Silva, Agente Administrativo, como fiscal Titular** e a servidora, a **Sra. Divina Espirito Santo Moreira Costa, Diretora de Departamento, como fiscal Substituta**, para o acompanhamento e fiscaliza o do Contrato e recebimento do objeto, ou por quem este o indicar em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei n  8.666/93.

### CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 4.1. A fornecedora deverá oferecer para os materiais a garantia mínima de 12 meses, a contar da data de emissão da nota fiscal, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE.
- 4.2. O Atendimento para presta o do serviço decorrente da garantia de todos os itens terá um prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da notifica o do possuidor ou detentor do bem, não cabendo garantia quando constatado defeito provocado por uso indevido.
- 4.3. A garantia de fábrica de todos os itens se destina a remover os defeitos de fabrica o apresentados ou desgaste prematuro, compreendendo substitui es de peças, ajustes, reparos e todas as corre es necessárias. Caso não seja apta a sanar os defeitos apresentados, o objeto deverá ser substituído por um novo, salvo se o dano ou defeito decorrer de dolo, imperícia e mau uso pelo possuidor ou detentor do bem.
- 4.4. Manuten o: O tempo máximo por espera de corre es deverá ser de no máximo de 48h dentro da garantia;
- 4.5. Assistência Técnica e Garantia: A empresa Contratada deverá fornecer Termo de Garantia, para soluço de eventuais discrepâncias observadas na utiliza o correta do objeto.
- 4.6. A garantia deverá ser comprovada com os seguintes documentos:



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



a) Certificado de Garantia do Fabricante do produto desde que o período da garantia seja igual ou superior ao solicitado no item 4.1;

b) Documento do Fabricante autorizando o fornecedor a complementar o prazo estipulado no Certificado de Garantia do Fabricante do Produto, quando o fornecedor optar por oferecer prazo superior ao estipulado na cláusula anterior;

4.7. No caso de produtos com garantia de fábrica maior que a mínima solicitada no item 4.1, prevalecerá a garantia do fabricante, independente das informações dispostas da proposta de preços atualizada, bem como, de outros documentos.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DOS RECURSOS FINANCEIROS**

5.1. A despesa decorrente da aquisição do objeto deste Contrato correrá à conta dos recursos específicos consignados pela União e no Orçamento da **CONTRATANTE**:

**Exercício 2023 Atividade 1616.082430010.2.082 Manutenção do Conselho Tutelar, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.39.**

**CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO CONTRATO**

6.1. As partes atribuem a este Contrato o valor total de **R\$ 2.040,00 (dois mil, quarenta reais)**.

6.2. Acordam as partes que o valor total deste Contrato é o valor constante na sua proposta de preços detalhada/atualizada após fase de lances e/ou negociação de valores realizada em sessão, posteriormente adjudicada e homologada.

6.3. No preço acordado estão inclusos todos os custos para o fornecimento, dentre eles, os de transporte/entrega (frete), garantia, encargos, taxas, tributos, licenças, seguros, contribuições sociais, fiscais, trabalhistas e previdenciárias, e demais despesas necessárias para o fornecimento do objeto ora contratado.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO**

7.1. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária na conta corrente da Contratada, obedecido os atestos das notas fiscais apresentadas e aprovação pelo Órgão Solicitante e pelo GIGOV-Gerência Executiva de Governo/CAIXA, após a emissão da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à Contratada.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



7.2. A Contratada deverá emitir Fatura/Nota Fiscal eletrônica correspondente ao objeto fornecido, sem rasuras, fazendo constar na mesma as informações bancárias tais como, o número de sua conta, o nome do Banco e respectiva Agência.

7.2.1. A Nota Fiscal/Fatura emitida pela Fornecedora deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do Nº do Processo Licitatório, Nº do Pregão, Nº do Contrato e da Ordem de empenho, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e fornecimento do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

7.2.2. A Nota Fiscal deverá ser conferida e atestada por servidor/responsável competente da Administração, e deverá estar acompanhada da(s) Requisição (ões)/solicitação(ões) de compras emitida pelo respectivo Órgão Requisitante responsável pelo pedido, devidamente assinada por servidor público municipal identificado e autorizado para tal.

7.2.3. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a Nota Fiscal que deverá ser o mesmo cadastro habilitado na licitação.

7.3. É condição para o pagamento a apresentação de prova de regularidade de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Débitos Estaduais; Débito Municipal; Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

7.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

**CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA, DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E ATESTO DAS NOTAS FISCAIS**

8.1. O contrato a ser firmado terá vigência a partir da data de sua assinatura até a data de adimplemento e entrega definitiva do objeto, não podendo ultrapassar a 31 de dezembro de 2023, salvo por necessidade e/ou Conveniência Administrativa de acordo com as previsões da Lei nº 8.666/93.

8.2. O prazo de vigência contratual independe do prazo de garantia de fábrica do respectivo item.

8.3. Fica designado o responsável pela fiscalização do Contrato, recebimento do objeto e atesto das notas fiscais a servidora, a **Sra. Claudia Aparecida da Silva, Agente Administrativo, como fiscal Titular** e a servidora a **Sra. Divina Espirito Santo Moreira Costa, Diretora de Departamento, como fiscal Substituta**, para o acompanhamento e fiscalização do Contrato e recebimento do objeto, ou por quem este o indicar em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



8.4. A Fiscalização é exercida no interesse da Administração não exclui, nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

8.5. Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao fornecimento do objeto, deverá ser prontamente atendida pela Contratada sem ônus para a Contratante.

8.6. O Fiscal do Contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**9.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da CONTRATADA:**

a) **Entregar os itens no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento da Ordem de Compra/Nota de Empenho, podendo este prazo, ser prorrogado, desde que analisadas e aceitas as razões do pedido de prorrogação pelo Órgão Solicitante, acompanhado da nota fiscal emitida referente ao produto requisitado, devendo esta ser conferida e atestada por servidor competente.

b) Arcar com as despesas concernentes ao fornecimento do objeto compreendendo transporte (fretes), entrega, encargos sociais, tributos, impostos, taxas, seguros e quaisquer outros encargos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento;

c) **Trocar/substituir/complementar imediatamente**, contados a partir do recebimento da Ordem de Compra/Nota de Empenho, podendo este prazo, ser prorrogado, desde que analisadas e aceitas as razões do pedido de prorrogação pelo Órgão Solicitante, acompanhado da nota fiscal emitida referente ao produto requisitado, devendo esta ser conferida e atestada por servidor competente.

d) Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência;

e) Cumprir, às suas expensas, todas as condições que definam suas obrigações;

f) Em nenhuma hipótese poderá veicular publicidade acerca dos bens adquiridos pela contratante sem prévia autorização;

g) Prestar esclarecimentos solicitados e atender às reclamações formuladas, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, acompanhamento, controle e avaliação desta Administração, através do



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



servidor municipal responsável por acompanhar a entrega do objeto, fiscalizar a execu o do objeto e atestar o recebimento do objeto;

h) Fornecer o manual do fabricante, onde conste a manuten o dos equipamentos e, ainda, o Certificado de Garantia do Produto;

i) Responder integralmente por perdas e danos a que vier causar   Administra o ou a terceiros em razão de a o ou omissão dolosa ou culposa sua ou de seus prepostos, independentemente de outras comina es ou penalidades legais a que estiver sujeita;

j) Comunicar imediatamente e por escrito   Administra o Municipal, através da Fiscaliza o, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regulariza o necessárias;

k) Obrigar-se a manter, durante toda a execu o do objeto, em compatibilidade com as obriga es por ela assumidas, todas as condi es de habilita o e qualifica o exigidas na licita o, conforme art. 55, XIII, da Lei 8.666/93.

**9.2. Além das obriga es resultantes da observância da Lei 8.666/93 são Obriga es da CONTRATANTE:**

a) Exercer a fiscaliza o do objeto entregue, na forma prevista na Lei n  8.666/1993, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias;

b) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obriga es dentro dos prazos e condi es estabelecidas no contrato;

c) Efetuar o pagamento dos bens entregues nas condi es estabelecidas;

d) Rejeitar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as respectivas especifica es.

e) O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execu o do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto contratado, se a qualquer tempo se verificar vícios ou defeitos.

f) Fiscalizar e acompanhar a execu o do objeto;

g) Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas;

h) Notificar a Contratada por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



i) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES**

**10.1.** À Contratada poderá(ão) ser aplicada(s) a(s) sanção (ões) adiante, além das responsabilidades por perdas e danos, devendo observar rigorosamente as condições estabelecidas no Edital e sujeitando-se as sanções constantes no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, conforme disposto:

**I – Advertência:** A sanção de Advertência consiste na comunicação formal ao fornecedor, advertindo-lhe sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, notificando que, em caso de reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada. Sua aplicação se dará nos casos seguintes:

- a) Desistência parcial da proposta, devidamente justificada;
- b) Cotação errônea parcial ou total da proposta, devidamente justificada;
- c) Por atraso injustificado na execução do Instrumento Contratual, inferior a 30 (trinta) dias, que não importem em prejuízo financeiro à Administração;
- d) Demais casos faltosos que não importem em prejuízo financeiro à Administração.

**II – Multas:** As multas a que alude este inciso não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em lei. Sua aplicação se dará nos seguintes casos:

- a) Por **inexecução diária** de atraso injustificado na execução do instrumento contratual, por prazo não superior a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação: 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total contratado;
- b) Por **inexecução parcial** de atraso injustificado na execução do contrato, por prazo superior a 30 (trinta) dias: 15% (quinze por cento) sobre a parcela contratual não cumprida, sujeita ainda à possibilidade de rescisão unilateral;
- c) Por **inexecução total** injustificada do contrato: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da obrigação assumida;
- d) Recusa do adjudicatário em receber o contrato, dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação: 15% (quinze por cento) sobre o valor total da proposta;
- e) Por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e não aceito pela Pregoeira no ato da sessão: 15% (quinze por cento) sobre o valor total da proposta.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



**III - Suspensão temporária de participa o em licita o e impedimento de contratar com a Administra o:**

A aplica o da san o de suspensão temporária será aplicada de forma subsidiária, conforme prevê o art. 9  da Lei 10.520/02.

Sua aplica o se dará nos seguintes casos:

- a) Cometer atos fraudulentos, adulterados ou ilegais, que não aqueles atos previstos no art. 7  da Lei 10.520/02, a ser fixado por prazo não superior a 02 (dois) anos, conforme o caso, em fun o da natureza e a gravidade da falta cometida.

**IV - Impedimento de licitar e contratar com este Município e descredenciamento no SICAF ou no sistema de cadastramento de fornecedores do Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme o caso, de acordo com o disposto no art. 7  da Lei n  10.520/2002:**

- a) Após convocado, não celebrar o contrato dentro do prazo de validade da sua proposta;
- b) Deixar de entregar ou apresentar documenta o falsa exigida para o certame;
- c) Cometer fraude fiscal;
- d) Não manter a proposta;
- e) Ensejar o retardamento da execu o de seu objeto;
- f) Falhar ou fraudar a execu o do contrato;
- g) Fizer declara o falsa;
- h) Comportar-se de modo inidôneo.

**V - Declara o de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administra o Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da puni o ou até que seja promovida a reabilita o perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administra o pelos prejuízos resultantes, considerando para tanto, reincidências de faltas e sua natureza de gravidade.

**10.1.1.** Para os fins do **item 10.1** reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.  8.666/93.

**10.2.** As multas previstas no item II serão descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso, na forma do  3  do art. 86 da Lei 8.666/93.

Rua do Café s/n  - Setor alto Morumbi - Fone: 94 3433-3241 Fax: 94 3433-1507 CEP 68.385-000  
Email: [cpl2021pmt@gmail.com](mailto:cpl2021pmt@gmail.com)

Página 10 de 13



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



**10.3.** As sanções previstas nos itens I, III, IV e V do **item 10.1**, poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art. 110 da Lei n.º 8.666/93.

**10.3.1.** As sanções administrativas serão aplicadas pela Autoridade após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia. A notificação deverá ocorrer pessoalmente, por meio de correspondência com aviso de recebimento e após esgotadas estas tentativas e não sendo localizado o licitante faltoso, será devidamente publicado em Diário Oficial restando para tanto devidamente notificado. Na notificação será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

**10.4.** A aplicação de qualquer das sanções previstas nesta cláusula observará o direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório.

**10.5.** As sanções previstas nos itens **I, II, III e IV** do **item 10.1** são da competência da Contratante.

**10.6.** A sanção prevista no item **V** do **item 10.1** é da competência de autoridade superior competente da Administração, facultada a defesa do Licitante no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação, ou antes, se devidamente justificada e aceita pela autoridade que a aplicou.

**10.7.** As sanções estabelecidas, neste contrato, não excluem outras previstas em lei nem a responsabilidade da licitante/contratada por perdas e danos que der causa pela prática de irregularidades.

**10.8.** As sanções estabelecidas no Edital e seus anexos, não impedem a rescisão do Contrato, a critério exclusivo da Administração.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS TRIBUTOS**

**11.1.** É da inteira responsabilidade da CONTRATADA os ônus tributários, comerciais, encargos sociais e trabalhistas decorrentes deste Contrato.

**11.2.** A CONTRATANTE, enquanto fonte retentora descontará dos pagamentos a efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela Legislação vigente, fazendo o recolhimento das parcelas retidas nos prazos legais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**12.1.** O Instrumento Contratual poderá ser alterado **unilateralmente pela Contratante e/ou Por Acordo entre as Partes**, mediante **motivação formalizada e justificada**, no que couber, obedecendo ao disposto nos artigos 57 e 65 da Lei n.º 8.666/93.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**13.1.** Este Contrato poderá ser rescindido, no que couber, nos termos dos artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

**13.2.** Caso ocorra rescisão nas hipóteses previstas nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos comprovados que houver sofrido tendo ainda o direito à devolução de garantia (quando houver), aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão e ao pagamento do custo da desmobilização.

**13.3.** Este contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo das Partes, atendida a conformidade da execução do objeto, recebendo a Contratada o valor dos serviços executados.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS**

**14.1.** A Contratada obriga-se a executar o objeto em perfeita harmonia e concordância com os termos do Instrumento Convocatório, com o Termo Referência do respectivo Processo Licitatório e do Instrumento Contratual.

**14.2.** A inadimplência da Contratada com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

**14.3.** A Contratada não poderá ceder ou transferir o contrato, total ou parcialmente, a terceiros, sob pena de rescisão.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1.** Reger-se-á o presente Contrato, no que for omissivo, pelas disposições constantes nas Leis nº10.520/02 e nº8.666/93, **Edital do Pregão Eletrônico nº 9/2023-032PMT-SRP e Processo Licitatório nº 065/2023/ADM.**

**15.2.** Farão parte integrante deste contrato, todos os elementos apresentados pela Contratada quando licitante, que tenha servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, independentemente de transcrição.

**15.3.** Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tucumã/PA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02



15.4. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato, serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520/2000, bem como na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, na Lei Complementar nº 123/2006 e na Lei nº 8.666/93 subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

15.4. E por estarem de acordo, assinam este contrato os representantes das partes, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

TUCUMÃ - PA, 21 de Agosto de 2023

**LIVIA LIRA DE**  
**ARAUJO:771735**  
**97153**

Assinado de forma digital por  
LIVIA LIRA DE  
ARAUJO:77173597153  
Dados: 2023.08.21 08:22:25  
-03'00'

**FUNDO MUL. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE**  
CNPJ(MF) 11.234.765/0001-02  
**CONTRATANTE**

**NORTE COMERCIO E**  
**SERVICOS**  
LTDA:41946482000154

Assinado de forma digital por  
NORTE COMERCIO E SERVICOS  
LTDA:41946482000154  
Dados: 2023.08.21 15:30:57 -03'00'

**NORTE COMERCIO E SERVICOS LTDA**  
CNPJ 41.946.482/0001-54  
**CONTRATADA**



000703

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 22.981.088/0001-02

---

**TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 20231132**

O Município de TUCUMÃ, através do **FUNDO MUL. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 11.234.765/0001-02, com sede na Rua do Café, s/nº, representado por **LIVIA LIRA DE ARAUJO**, na qualidade de ordenador de despesas, doravante denominado CONTRATANTE, e **NORTE COMERCIO E SERVICOS LTDA**, inscrito no CNPJ 41.946.482/0001-54, com sede na AV LAGO AZUL, S/N, CENTRO, CENTRO, Água Azul do Norte-PA, CEP 68533-000, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **MATHEUS SANTOS DA ROCHA**, vem por meio deste informar a **RESCISÃO DO CONTRATO Nº 20231132**, referente a ATA Nº 20231010, do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2023-032 PMT**, com objeto: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS E ACESSÓRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TUCUMÃ-PA**, consubstanciado nas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente **Termo de Rescisão ao Contrato** objetiva a rescisão do contrato com base no art. 78, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, rescindindo-se nesta data de pleno direito.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
108068	PNEU 195/65 R15 - Marca.: FIRESTONE Pneu veículo automotivo, material banda rodagem borracha alta resistência, tipo estrutura carcaça radial, características adicionais sem câmara, 195/65 arc 15, uso em Chev/Spir 1.8 2014/2015. Certificado pelo INMETRO, e aprovados pelas normas ABNT e com selo de aprovação impresso na lateral do produto, data de fabricação não superior a 6 meses, garantia de hevos contra defeitos de fabricação. Marca aceitável: FIRESTONE ARO 15 F-600 91H, Pneu Continental 91H TL PowerContact 2 ou superior.	UNIDADE	4,00	510,000	2.040,00
VALOR GLOBAL R\$					2.040,00

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O presente Termo Aditivo entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente aditivo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam os seus efeitos legais.

TUCUMÃ - PA, 24 de Outubro de 2023

**LIVIA LIRA DE**

**ARAUJO:771735971**

**53**

Assinado de forma digital por LIVIA

LIRA DE ARAUJO:77173597153

Dados: 2023.10.24 14:39:28 -03'00'

**FUNDO MUL. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE**  
CNPJ(MF) 11.234.765/0001-02  
**CONTRATANTE**

COBERTURA METÁLICA DA QUADRA DE ESPORTES DA EMEF SANTO ANTÔNIO E OBRAS COMPLEMENTARES, NO MUNICÍPIO DE TUCUMÃ-PARÁ. A prorrogação do prazo de vigência do contrato, com início em 20 de outubro de 2023 até 20 de novembro de 2024, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. Data da assinatura: 20 de outubro de 2023, JOEL JOSE CORREA PRIMO - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação.

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 20230359; Origem, CONCORRÊNCIA 3/2022-004PMT. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ - PA, CNPJ: nº 22.981.088/0001-02 e CONCREAT - PRE MDLADADOS E CONCRETOS ARMADO LTDA, inscrito no CNPJ: nº 27.361.036/0001-57, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA SEGUNDA FASE DA FEIRA DO ARTESANATO E PRAÇA DE LAZER DE TUCUMÃ-PA, CONFORME PROJETO BÁSICO. A prorrogação do prazo de vigência do contrato, com início em 20 de outubro de 2023 até 17 de abril de 2024, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. Data da assinatura: 20 de outubro de 2023,

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP 9/2023-072FMS

O município de Tucumã, representado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUCUMÃ - FMS, por intermédio da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que no referido Pregão Eletrônico SRP 9/2023-072FMS, com sessão marcada para o dia 31/10/2023, às 9:00 horas cujo o objeto: EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS LABORATORIAIS, ITENS FRACASSADOS E DESERTOS DO PREGÃO ELETRÔNICO 9/2023-042FMS, DESTINADOS A ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUCUMÃ-PA. A Comissão de Licitação por unanimidade de seus membros resolve DECLARAR, o Processo Licitatório nº 9/2023-072FMS, Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP, FRACASSADO.

Tucumã - PA, 31 de outubro de 2023.  
RENATA DE ARAÚJO OLIVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde

## AVISO DE RETIFICAÇÃO

Na publicação AVISO RETIFICAÇÃO, circulado no DOU, Seção 3, Nº 207, página 316, coluna 02, em 31 de outubro de 2023, retifica-se, onde se lê: "2/2023-021FME", passa a se lê: "2/2023-007FME".

Tucumã - PA, 31 de outubro de 2023.  
JOEL JOSÉ CORREA PRIMO  
Secretário Municipal de Educação

## AVISO DE RETIFICAÇÃO

Na publicação EXTRATO DE TERMO ADITIVO, circulado no DOU, Seção 3 - Edição Extra, Nº 198-A, página 13, coluna 01, em 18 de outubro de 2023, retifica-se, onde se lê: "20210555", passa a se lê: "20222500".

Tucumã - PA, 31 de outubro de 2023.  
CELSO LOPES CARDOSO  
Prefeito

## AVISO DE RESCISÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº20231010  
PREGÃO ELETRÔNICO -SRP Nº 9/2023-032PMT

O MUNICÍPIO DE TUCUMÃ representado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ-PA - Secretaria Municipal De Infraestrutura, C.N.P.J: 22.981.088/0001-02, torna público, para conhecimento dos interessados, que no referido Pregão Eletrônico, Nº 9/2023-032PMT, Objeto EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS E ACESSÓRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TUCUMÃ-PA. A Prefeitura Municipal de Tucumã-pá, solicitou a rescisão do contrato nº20231010, referente a DECLARAR, ao contrato RESCINDIDOS.

Tucumã - PA - 31 de outubro de 2023.  
CELSO LOPES CARDOSO  
Prefeito

## AVISOS DE RESCISÃO

PREGÃO ELETRÔNICO -SRP Nº 9/2023-032PMT - MUNICÍPIO DE TUCUMÃ representado pela FUNDO MUN. DE MEIO AMBIENTE, TURISMO E INDÚSTRIA, C.N.P.J: 27.185.397/0001-90, torna público, para conhecimento dos interessados, que no referido Pregão Eletrônico, Nº 9/2023-032PMT, Objeto EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS E ACESSÓRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TUCUMÃ-PA. A Prefeitura Municipal de Tucumã-pá, solicitou a rescisão do contrato nº20231097, referente a DECLARAR, ao contrato RESCINDIDOS.

PREGÃO ELETRÔNICO -SRP Nº 9/2023-032PMT - MUNICÍPIO DE TUCUMÃ representado pela FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, C.N.P.J: 11.234.776/0001-92, torna público, para conhecimento dos interessados, que no referido Pregão Eletrônico, Nº 9/2023-032PMT, Objeto EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS E ACESSÓRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TUCUMÃ-PA. A Prefeitura Municipal de Tucumã-pá, solicitou a rescisão do contrato nº20231098, referente a DECLARAR, ao contrato RESCINDIDOS.

PREGÃO ELETRÔNICO -SRP Nº 9/2023-032PMT - MUNICÍPIO DE TUCUMÃ representado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ-PÁ, C.N.P.J: 22.981.088/0001-02, torna público, para conhecimento dos interessados, que no referido Pregão Eletrônico, Nº 9/2023-032PMT, Objeto EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS E ACESSÓRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TUCUMÃ-PA. A Prefeitura Municipal de Tucumã-pá, solicitou a rescisão do contrato nº20231099, referente a DECLARAR, ao contrato RESCINDIDOS.

PREGÃO ELETRÔNICO -SRP Nº 9/2023-032PMT - MUNICÍPIO DE TUCUMÃ representado pela FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, C.N.P.J: 11.234.764/0001-02, torna público, para conhecimento dos interessados, que no referido Pregão Eletrônico, Nº 9/2023-032PMT, Objeto EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS E ACESSÓRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TUCUMÃ-PA. A Prefeitura Municipal de Tucumã-pá, solicitou a rescisão do contrato nº20231132, referente a DECLARAR, ao contrato RESCINDIDOS.

PREGÃO ELETRÔNICO -SRP Nº 9/2023-032PMT - MUNICÍPIO DE TUCUMÃ representado pela FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMEC, C.N.P.J: 28.182.485/0001-27, torna público, para conhecimento dos interessados, que no referido Pregão Eletrônico, Nº 9/2023-032PMT, Objeto EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS E ACESSÓRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TUCUMÃ-PA. A Prefeitura Municipal de Tucumã-pá, solicitou a rescisão do contrato nº20231155, referente a DECLARAR, ao contrato RESCINDIDOS.

PREGÃO ELETRÔNICO -SRP Nº 9/2023-032PMT - MUNICÍPIO DE TUCUMÃ representado pela FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE EDUCAÇÃO, C.N.P.J: 28.469.469/000193, torna público, para conhecimento dos interessados, que no referido Pregão Eletrônico, Nº 9/2023-032PMT, Objeto EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS E ACESSÓRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TUCUMÃ-PA. A Prefeitura Municipal de Tucumã-pá, solicitou a rescisão do contrato nº20231157, referente a DECLARAR, ao contrato RESCINDIDOS.

Tucumã - PA - 31 de outubro de 2023.  
JOEL JOSÉ CORREA PRIMO  
Fundo Municipal de Educação - SEMEC

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU

AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2023

A Prefeitura Municipal de Viseu torna público que realizará Licitação na modalidade, Tomada de Preços nº 005/2023, tipo menor preço global. Objeto: Contratação de empresa especializada para a reforma e ampliação da EMEF Professora Maria Albuquerque Lima - Polo Sede, no município de Viseu/PA. O certame será dia 28/11/2023, às 09:00 h. Informações através do e-mail: cpl@viseu.pa.gov.br, http://geoabras.tcm.pa.gov.br/Cidadao e http://www.viseu.pa.gov.br/tomada-de-preco-2023/.

Viseu, 31 de outubro de 2023  
ÂNGELA LIMA DA SILVA  
Secretaria Municipal de Educação

## PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 44/2023/SEMEC  
Repetição

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 088/2023/PMX. OBJETO Registro de Preços, do tipo menor preço, por item, para futura e eventual AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, para atender as demandas da Administração Geral deste Município de Xinguara/PA, conforme condição que trata do objeto, mediante as condições estabelecidas neste edital e seus anexos. Data de início da sessão: 14/11/2023 HORA e LOCAL 08h00 (oito horas), no Sistema Eletrônico PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, site: www.portaldecompraspublicas.com.br. O Edital poderá ser obtido no horário das 07h00 às 13h00 horas, de segunda à sexta-feira, na Sala de Licitações da Prefeitura localizada na Rua Petrólio Portela s/n, e ainda, a qualquer hora, no Mural de Licitações do TCM, Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Xinguara - PA e no site: www.portaldecompraspublicas.com.br

Xinguara - PA, 30 de outubro de 2023.  
ANDRESSA BORBA MAGALHAES  
Prefeireira

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUIAR

## EXTRATO DE CONTRATO

INSTRUMENTO: Contrato de prestação de serviços, de acordo com a Tomada de Preços nº 00011/2023.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Aguiar  
CONTRATADA: JHONATAN ANDRADE DA SILVA LTDA EPP.  
OBJETO: MODERNIZAÇÃO DE PRAÇA E CONSTRUÇÃO DE PRAÇA NO MUNICÍPIO DE AGUIAR-PB, atendendo ao Contrato de Repasse nº 917739/2021/MDR/CAIXA, PROPOSTA Nº 1079312-10, celebrado entre a Ministério do Desenvolvimento Regional e a Prefeitura Municipal de Aguiar.  
VALOR GLOBAL R\$: 1.256.053,78 (hum milhão, duzentos e cinquenta e seis mil, cinquenta e três reais e setenta e oito centavos).

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA NOVA

## EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE DIVERSAS RUAS NO CONJUNTO MAZAGÃO - III ETAPA - NO MUNICÍPIO DE ALAGOA NOVA/PB. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00011/2023. DOTAÇÃO: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO CONVÊNIO Nº 0117/2021 - EMENDA IMPOSITIVA 247/2021 - SEDAM / RECURSOS PRÓPRIOS 02.070 SEC.MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO 15 451 2011 1052 DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DE RUAS 4490.51 OBRAS E INSTALAÇÕES. VIGÊNCIA: até 30/12/2023. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Alagoa Nova e: CT nº 00345/2023 - 30.10.23 - MONTEIRO ENGENHARIA LTDA - R\$ 39.133,62.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2023

Nos termos do relatório final apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Tomada de Preços nº 00011/2023, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE DIVERSAS RUAS NO CONJUNTO MAZAGÃO - III ETAPA - NO MUNICÍPIO DE ALAGOA NOVA/PB; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu objeto a: MONTEIRO ENGENHARIA LTDA - R\$ 39.133,62.

Alagoa Nova - PB, 27 de Outubro de 2023  
FRANCINILDO PIMENTEL DA SILVA  
Prefeito

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCANTIL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 9/2023

Nos termos do relatório final apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Tomada de Preços nº 00009/2023, que objetiva: Contratação de empresa especializada para execução da obra de REURBANIZAÇÃO DA PRAÇA MANOEL ALEXANDRINO DE MELO do Município de Alcantil - PB, conforme Termo de Convênio 0134/2021 da Secretaria de Estado do Desenvolvimento e da Articulação Municipal do Governo do Estado da Paraíba; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu objeto a: ALVES CONSTRUCOES LTDA - R\$ 101.505,77.

Alcantil - PB, 31 de Outubro de 2023.  
CICERO JOSE FERNANDES DO CARMO  
Prefeito

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2023

Nos termos do relatório final apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Tomada de Preços nº 00010/2023, que objetiva: Contratação de empresa de construção civil, visando à construção de 2 (duas) passagens molhadas na zona rural do município de Alcantil PB, conforme CONTRATO DE REPASSE Nº. 876049/2018/MAPA/CAIXA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento); HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório: Licitação Fracassada.

Alcantil - PB, 31 de Outubro de 2023  
CICERO JOSE FERNANDES DO CARMO  
Prefeito



CONFORME PROJETO BÁSICO. A prorrogação do prazo de vigência do contrato, com início em 20 de outubro de 2023 até 17 de abril de 2024, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. Data da assinatura: 20 de outubro de 2023,

**CELSO LOPES CARDOSO** -  
Prefeito Municipal de Tucumã.

Publicado por:  
Washigton de Souza Guimarães  
Código Identificador:E4B566B1

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO

Espécie: TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 20222557; Origem, TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2022-016. Partes: FUNDO DE MANUTNÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FUNDEB, CNPJ:nº 28.469.469/0001-93 e CONSTRUSERV SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ: nº 07.329.932/0001-21, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTURA METÁLICA DA QUADRA DE ESPORTES DA EMEF SANTO ANTÔNIO E OBRAS COMPLEMENTARES, NO MUNICÍPIO DE TUCUMÃ-PARÁ. A prorrogação do prazo de vigência do contrato, com início em 20 de outubro de 2023 até 20 de novembro de 2024, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. Data da assinatura: 20 de outubro de 2023,

**JOEL JOSE CORREA PRIMO**

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação.

Publicado por:  
Washigton de Souza Guimarães  
Código Identificador:C23D9979

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO RETIFICAÇÃO

Na publicação EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO, circulado no FAMEP, Nº 3354, página 89, coluna 01, em 18 de outubro de 2023, retifica-se, onde se lê: "20210555", passa a se lê: "20222500".

Tucumã - PA, 31 de outubro de 2023.

**CELSO LOPES CARDOSO** -  
Prefeito Municipal de Tucumã.

Publicado por:  
Washigton de Souza Guimarães  
Código Identificador:2146217F

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE RESCISÃO DE CONTRATO

#### AVISO DE RESCISÃO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO -SRP Nº 9/2023-032PMT - MUNICÍPIO DE TUCUMÃ representado pela FUNDO MUN. DE MEIO AMBIENTE, TURISMO E INDÚSTRIA, C.N.P.J: 27.185.397/0001-90, torna público, para conhecimento dos interessados, que no referido Pregão Eletrônico, Nº 9/2023-032PMT, Objeto EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS E ACESSÓRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TUCUMÃ-PA. A Prefeitura Municipal de Tucumã-pá, solicitou a rescisão do contrato nº20231097, referente a DECLARAR, ao contrato RESCINDIDOS.

TUCUMÃ - PA - 31 de outubro de 2023.

ASS - HAMILTON PACHECO DA SILVA - Fundo Mun. de Meio Ambiente, Turismo e Indústria.

00072

#### AVISO DE RESCISÃO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO -SRP Nº 9/2023-032PMT - MUNICÍPIO DE TUCUMÃ representado pela FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, C.N.P.J: 11.234.776/0001-92, torna público, para conhecimento dos interessados, que no referido Pregão Eletrônico, Nº 9/2023-032PMT, Objeto EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS E ACESSÓRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TUCUMÃ-PA. A Prefeitura Municipal de Tucumã-pá, solicitou a rescisão do contrato nº20231098, referente a DECLARAR, ao contrato RESCINDIDOS.

TUCUMÃ - PA - 31 de outubro de 2023.

ASS - RENATA DE ARAUJO OLIVEIRA - Fundo Municipal de Saúde.

#### AVISO DE RESCISÃO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO -SRP Nº 9/2023-032PMT - MUNICÍPIO DE TUCUMÃ representado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ-PÁ, C.N.P.J: 22.981.088/0001-02, torna público, para conhecimento dos interessados, que no referido Pregão Eletrônico, Nº 9/2023-032PMT, Objeto EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS E ACESSÓRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TUCUMÃ-PA. A Prefeitura Municipal de Tucumã-pá, solicitou a rescisão do contrato nº20231099, referente a DECLARAR, ao contrato RESCINDIDOS.

TUCUMÃ - PA - 31 de outubro de 2023.

ASS - CELSO LOPES CARDOSO - Prefeito Municipal de Tucumã-pá.

#### AVISO DE RESCISÃO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO -SRP Nº 9/2023-032PMT - MUNICÍPIO DE TUCUMÃ representado pela FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, C.N.P.J: 11.234.764/0001-02, torna público, para conhecimento dos interessados, que no referido Pregão Eletrônico, Nº 9/2023-032PMT, Objeto EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS E ACESSÓRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TUCUMÃ-PA. A Prefeitura Municipal de Tucumã-pá, solicitou a rescisão do contrato nº20231132, referente a DECLARAR, ao contrato RESCINDIDOS.

TUCUMÃ - PA - 31 de outubro de 2023.

ASS - LIVIA LIRA DE ARAUJO - Fundo Municipal de Assistência Social.

#### AVISO DE RESCISÃO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO -SRP Nº 9/2023-032PMT - MUNICÍPIO DE TUCUMÃ representado pela FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMEC, C.N.P.J: 29.182.485/0001-27, torna público, para conhecimento dos interessados, que no referido Pregão Eletrônico, Nº 9/2023-032PMT, Objeto EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS E ACESSÓRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TUCUMÃ-PA. A Prefeitura Municipal de Tucumã-pá, solicitou a rescisão do contrato nº20231155, referente a DECLARAR, ao contrato RESCINDIDOS.

TUCUMÃ - PA - 31 de outubro de 2023.

ASS - JOEL JOSE CORREA PRIMO - Fundo Municipal de Educação - SEMEC.

#### AVISO DE RESCISÃO DE CONTRATO